



**CURSO ENEM E
VESTIBULARES**

ATUALIDADES

COM DANIEL PEREIRA

Aula 2: Conceitos básicos

Estado e governo

Estado

- Estrutura que organiza e administra uma sociedade.
- Poderes políticos, instituições, cargos e códigos jurídicos.

Governo

- Grupo ou grupos políticos que ocupam e administram o Estado dentro da estrutura jurídica em vigor.



Monarquias e Repúblicas

Monarquia

- Poder é transferido de forma fechada, definida, em geral hereditária, sanguínea lateral ou pautada em algum tipo de privilégio. Na origem, o Estado servia ao monarca.
- **Autoritária:** vontade do/a monarca é soberana ou decisiva.
- **Parlamentar ou Constitucional:** divisão de poder
 - Monarca: chefe de Estado.
 - Primeiro/a ministro/a: chefia equipe de governo.
- Monarquias podem ser democráticas.

República

- Governo escolhido por **parte** da população. Na origem, o Estado deveria servir à população, não aos governantes.
- **República presidencialista:** chefe de Estado e chefe de governo são uma só pessoa.
- **República parlamentarista:** poder se divide entre presidente e primeiro/a ministro/a.
- **República semipresidencialista:** cabe a quem ocupa a presidência escolher quem será primeiro/a ministro/a.
- **República não é sinônimo de democracia.**

Chefe de Estado e Chefe de Governo

Chefe de Estado: representante público máximo de um Estado-Nação. Poderes são amplos ou limitados dependendo de cada país.

Chefe de Governo: exerce o poder executivo, nomeia ministros e define as linhas gerais das políticas públicas.

Monarquia autoritária: monarca é chefe de Estado e de Governo.

Monarquia parlamentar: monarca é chefe de Estado, Primeiro/a Ministro/o é chefe de Governo.

República presidencialista: presidente chefia Estado e Governo.

República parlamentar: presidente chefia Estado, Primeiro/a Ministro/o chefia Governo.

República semipresidencialista: distribuição de poder varia em cada país.

Divisão de poderes: executivo, legislativo e judiciário.

Poder executivo

- Organiza o governo e define as linhas gerais a seguir.
- Presidentes, reis autoritários, governadores/as e prefeitos/as.

Poder legislativo

- Cria, define ou autoriza implantação de leis (independente da origem do projeto de lei).
- Aprova indicações de embaixadores e juízes das cortes superiores, aprova orçamento público fiscaliza e pune o executivo (impeachment).

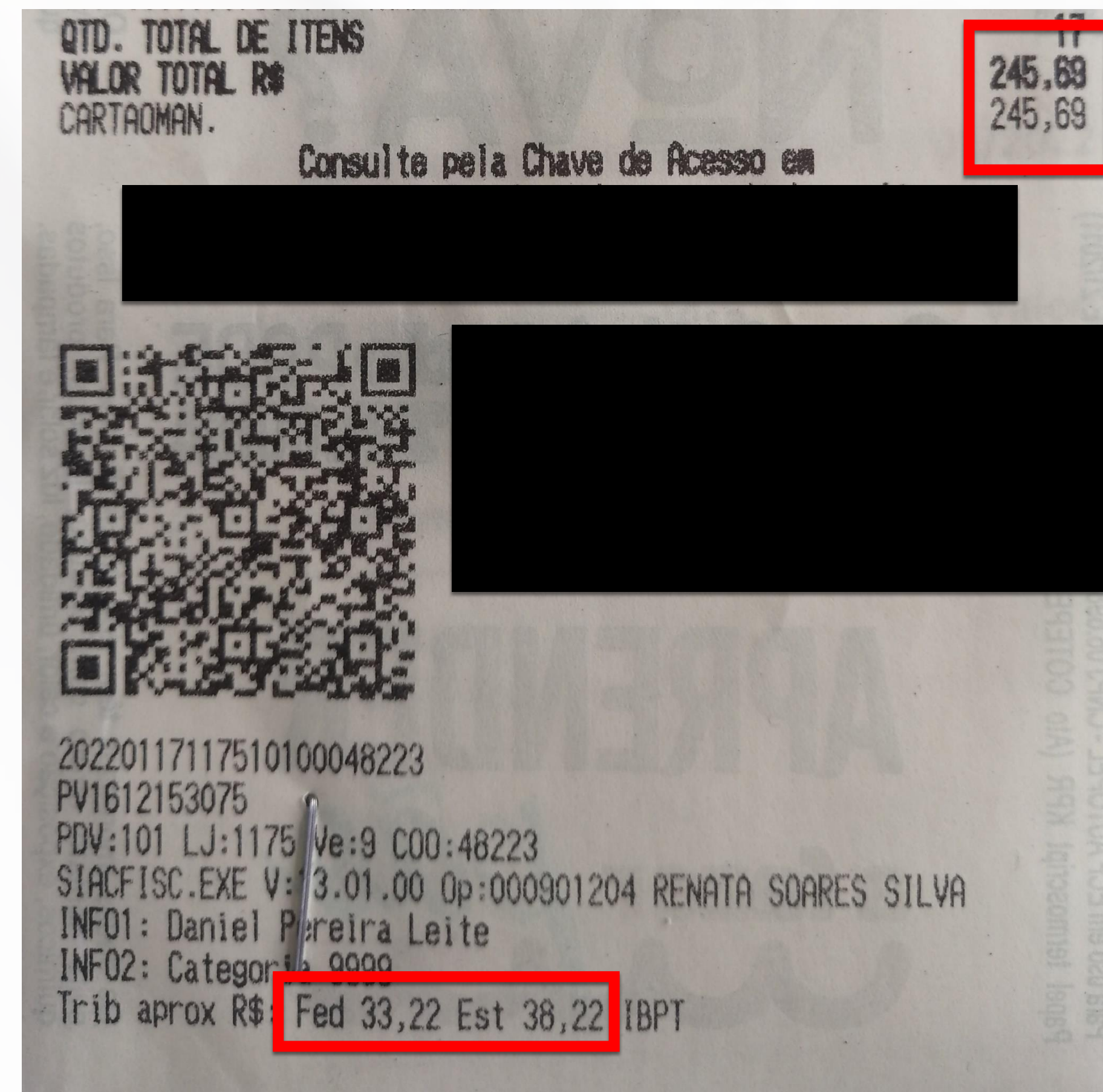
Poder judiciário

- Responsável por fazer cumprir a lei e tomar decisões quanto a questões polêmicas no âmbito jurídico ou que possam violar a Constituição. Poder técnico, mesmo em democracias não é eleito.

Economia, opinião pública e impactos na política

Impostos: sustentam o Estado, pagos por população e empresas.

- Produção, exportação, circulação de mercadorias ou comércio: arrecadação \$, recursos para o Estado.
- Medidas tomadas pelos governos podem facilitar ou dificultar o consumo, a produção e o comércio.
- Setores produtivos (indústria, agronegócio, serviços etc.) podem ser afetados pelas medidas tomadas pelo governo.



Doações para campanhas

- Campanha: visibilidade e votos. Custo elevado.
- Empresas e pessoas: doadores.
- Mídia é parte essencial.

Governabilidade, troca de favores, base aliada e eleitores

- Doadores e eleitores: esperam retribuição pelas doações/voto.
- Aprovação no legislativo: pode levar a trocas de favores entre grupos, partidos ou **bancadas**.
- Pressões de diversas origens e diferentes intensidades.

Mídia e redes sociais

- Influencia a opinião pública, também são empresas com interesses.

Populismo

- Identificar e prometer responder anseio do eleitorado.
- Buscar ligação direta com a população (personalização), passando por fora (ou por cima) das regras e instituições.

Realpolitik

- “Política do mundo real”
- Por pragmatismo, ações políticas muitas violam os discursos e valores ou plataformas ideológicas.
- Exemplo: um governo democrático pode criticar uma ditadura e ser aliado de outra, dois países podem ser concorrentes e parceiros ao mesmo tempo.

Soft Power e Hard Power

Soft Power

- Influência, atração pacífica.
- Valores, ideologia, cultura/indústria cultural.

Hard Power

- Força militar, sanções econômicas, pressão diplomática.

Sanções

- Punições.
- Embargos, bloqueios.
- Objetivo: forçar mudanças no Estado-alvo.
- Efetividade polêmica ou duvidosa.

Povo, etnia e tribo

Povo

- Termo genérico, impreciso.
- “Povo brasileiro” conjunto de pessoas que vivem no Brasil, de todas origens e crenças.

Etnia

- Pessoas que tem a mesma origem genética e cultural.
- Em geral dividem: idioma, costumes sociais, tradições e carga genética que lhes dá traços físicos mais ou menos comuns.

Tribo

- Subdivisões dentro de etnias: famílias interligadas, aliança através de casamentos.

Xenofobia

Ódio ou aversão ao estrangeiro

- Definição de estrangeiro é subjetiva para os membros de grupos xenófobos.
- A visão xenófoba ou xenofóbica se apoia fortemente em conceitos como unidade ou identidade nacional e “raça” ou etnia.
- Quem tem outra origem cultural, religiosa ou étnica é visto como estrangeiro, indesejado ou ameaça, mesmo que seja nascido no mesmo país que o xenófobo.
- Em momento de crise econômica somada à imigração, a xenofobia costuma crescer disfarçada de nacionalismo econômico ou preocupação com segurança.

Autonomia

Contexto, origem

- Diversos países são multiculturais.
- Pode haver conflitos internos e/ou separatismo quando o grupo dominante impõe suas regras sobre o(s) dominado(s).

Solução: conceder à região distinta um grau maior de liberdade.

- Falar a própria língua (desde que a língua oficial do país também seja falada)
- Exercer a própria religião
- Comemorar os feriados culturais e históricos
- Ter a própria polícia, leis locais, administração local do sistema público de ensino, saúde ou qualquer outra medida nesse sentido.

Autonomia não é independência, a região autônoma permanece sendo parte do Estado em que está, sujeita ao governo central, pagando impostos, seguindo a mesma política externa.



Minorias

Numéricas

- Quando um grupo, gênero, etnia, religião ou qualquer outro setor de fato é numericamente inferior a outros.

Direitos ou representação

- Quando um grupo, gênero, etnia, religião ou qualquer outro setor é prejudicado por uma desigualdade ou disparidade em direitos ou representatividade.

Organização política do Brasil, panorama

República federativa presidencialista

- **5570 entidades com poderes de municípios** (5568 prefeitos), **26 estados e o Distrito Federal (DF)**. O DF e Fernando de Noronha não tem prefeitos.
- O DF tem um governo distrital, Fernando de Noronha tem um administrador local nomeado diretamente pelo governo de Pernambuco.
- São três as instâncias de governo: municipal, estadual, federal.

Poder legislativo: Câmara Municipal (vereadores), Assembleia Legislativa Estadual, Câmara dos Deputados e Senado – Congresso (federal, bicameral).

Poder executivo: prefeitas/os, governadores/as, presidente/a.

Deputados/as federais

- A quantidade é proporcional à população de cada estado, o que faz com que estados mais populosos tenham mais representação.
- Defendem seus estados de origem e também seus grupos de apoio. Deputados/as de diversos estados podem, por exemplo, defender um mesmo setor, como o automobilístico. São as chamadas **bancadas**.

Unidade da Federação	Deputados	Unidade da Federação	Deputados
Acre	8	Paraíba	10
Alagoas	8	Paraná	29
Amazonas	9	Pernambuco	24
Amapá	8	Piauí	8
Bahia	39	Rio de Janeiro	45
Ceará	24	Rio Grande do Norte	8
Distrito Federal	8	Rio Grande do Sul	30
Espírito Santo	9	Rondônia	8
Goiás	17	Roraima	8
Maranhão	18	Santa Catarina	17
Minas Gerais	55	Sergipe	8
Mato Grosso do Sul	8	São Paulo	70
Mato Grosso	8	Tocantins	8
Pará	21	Total	513

Senadores/as

- Número fixo de 3 (três) por estado, mantendo assim um certo equilíbrio para que os estados mais populosos não dominem completamente o poder legislativo federal.
- Qualquer processo legislativo deve passar pelas duas casas para ser julgado, confirmado, autorizado.
- Os mandatos no Senado são de 8 anos, mesmo assim há eleições a cada 4 anos: em uma eleição se renova 2/3 do Senado, em outra 1/3.

Executivo federal, sucessão: presidente, vice-presidente, presidente da câmara de deputados, presidente do senado, presidente do STF (supremo tribunal federal).



(Enem 2016)

Texto I

Mais de 50 mil refugiados entraram no território húngaro apenas no primeiro semestre de 2015. Budapeste lançou os “trabalhos preparatórios” para a construção de um muro de quatro metros de altura e 175km ao longo de sua fronteira com a Sérvia, informou o ministro húngaro das Relações Exteriores. “Uma resposta comum da União Europeia a este desafio da imigração é muito demorada, e a Hungria não pode esperar. Temos que agir”, justificou o ministro.

Disponível em: www.portugues.rfi.fr. Acesso em: 19 jun. 2015 (adaptado).

Texto II

O Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) critica as manifestações de xenofobia adotadas pelo governo da Hungria. O país foi invadido por cartazes nos quais o chefe do executivo insta os imigrantes a respeitarem as leis e a não “roubarem” os empregos dos húngaros. Para o ACNUR, a medida é surpreendente, pois a xenofobia costuma ser instigada por pequenos grupos radicais e não pelo próprio governo do país.

Disponível em: <http://pt.euronews.com>. Acesso em: 19 jun. 2015 (adaptado).

O posicionamento governamental citado nos textos é criticado pelo ACNUR por ser considerado um caminho para o(a)

- a) alteração do regime político.
- b) fragilização da supremacia nacional.
- c) expansão dos domínios geográficos.
- d) cerceamento da liberdade de expressão.
- e) fortalecimento das práticas de discriminação.

(Ufu 2021) “Apenas uma característica, associada à experiência brasileira, ressalta como uma singularidade: o Brasil é o único país que, além de combinar a proporcionalidade, o multipartidarismo e o "presidencialismo imperial", organiza o Executivo com base em grandes coalizões. [...] Fica evidente que a distinção se faz fundamentalmente entre um "presidencialismo imperial", baseado na independência entre os poderes, se não na hegemonia do Executivo, e que organiza o ministério com amplas coalizões, e um presidencialismo "mitigado" pelo controle parlamentar sobre o gabinete e que também constitui este gabinete, eventual ou frequentemente, através de grandes coalizões. O Brasil retorna ao conjunto das nações democráticas, sendo o único caso de presidencialismo de coalizão.”

ABRANCHES, S., 1988. *Presidencialismo de Coalizão: o dilema institucional brasileiro*. Dados, 31(1), pp.5-34.

De acordo com o texto, é correto afirmar que o presidencialismo de coalizão é caracterizado pelo(a)

- a) imposição da agenda política do Poder Executivo ao Poder Legislativo por meio de um sistema bipartidário.
- b) enfraquecimento do Poder Legislativo, e a conseqüente diminuição da capacidade de controle sobre os atos do Poder Executivo.
- c) relação entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo, estabelecida por compromissos partidários e com lideranças regionais.
- d) formação de um bloco parlamentar com unidade ideológica e programática, mediada por troca de favores.

(Enem 2019) O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) realizou 248 ações fiscais e resgatou um total de 1590 trabalhadores da situação análoga à de escravo, em 2014, em todo o país. A análise do enfrentamento do trabalho em condições análogas às de escravo materializa a efetivação de parcerias inéditas no trato da questão, podendo ser referenciadas ações fiscais realizadas com o Ministério da Defesa, Exército Brasileiro, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

Disponível em: <http://portal.mte.gov.br>. Acesso em: 4 fev. 2015 (adaptado).

A estratégia defendida no texto para reduzir o problema social apontado consiste em:

- a) Articular os órgãos públicos.
- b) Pressionar o Poder Legislativo.
- c) Ampliar a emissão das multas.
- d) Limitar a autonomia das empresas.
- e) Financiar as pesquisas acadêmicas.

(Unesp 2022) Na história do Estado moderno, duas liberdades são estreitamente ligadas e interconectadas, tanto que, quando uma desaparece, também desaparece a outra. Mais precisamente: sem liberdades civis, como a liberdade de imprensa e de opinião, como a liberdade de associação e de reunião, a participação popular no poder político é um engano; mas, sem participação popular no poder, as liberdades civis têm bem pouca probabilidade de durar.

(Norberto Bobbio. *Igualdade e liberdade*, 1997. Adaptado.)

O cenário retratado no texto gera uma prática política conceituada por Norberto Bobbio como democracia, na qual

- a) o modelo político antigo é restaurado para a organização da sociedade.
- b) são garantidas igualdades social e econômica à população.
- c) os cidadãos são geridos apenas por seu próprio sistema de regras locais.
- d) apenas a elite participa ativamente das decisões governamentais.
- e) existem mecanismos para participação dos indivíduos no poder estatal.